



32241157



08015.000200/2025-71



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Esplanada dos Ministérios Bloco T, Anexo II, - Bairro Zona Cívico Administrativa
Brasília - DF, CEP 70064-900
Telefone: - www.gov.br/mj/pt-br

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 1/2025

Processo Nº 08015.000200/2025-71

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, POR MEIO DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, E A ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, POR MEIO DA PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO, PARA ATUAÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL PERANTE ÓRGÃOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS ESTRANGEIROS EM PROCEDIMENTOS RELACIONADOS A PEDIDOS DE EXTRADIÇÃO.

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA**, através da **SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA** com sede na Esplanada dos Ministérios, Palácio da Justiça, Bloco T, Brasília - DF, CEP 70.064-900, nesta Capital, inscrito no CNPJ/MF nº 00.394.494/0102-80, neste ato representado pelo **Secretário Nacional de Justiça, JEAN KEIJI UEMA**, nomeado pela Portaria Presidência da República/Casa Civil nº 167, publicada no Diário Oficial da União em 09 de fevereiro de 2024, portador do registro geral nº XX898X SSP MT e CPF nº XXX.095.011-XX.

PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO, órgão da Advocacia-Geral da União, doravante denominada **PGU**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 26.994.558/0069-11, com sede no Ed. Sede I, Setor de Autarquias Sul, Quadra 3, Lote 5/6, Ed. Multi Brasil Corporate, 9º e 10º andares, Brasília-DF, CEP 70.070-030, neste ato representada pela Procuradora-Geral da União, **CLARICE COSTA CALIXTO**, nomeada pelo Decreto de 31 de janeiro de 2025, publicado no Diário Oficial da União em 03 de fevereiro de 2025, portadora do registro geral nº XX208XXX e CPF nº XXX.353.386-XX,

RESOLVEM celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA** com a finalidade de cooperação entre os órgãos partícipes para a atuação da República Federativa do Brasil perante órgãos judiciais e extrajudiciais estrangeiros em procedimentos relacionados a pedidos de extradição oriundos de autoridades brasileiras, tendo em vista o que consta do Processo nº. 08015.000200/2025-71, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, da Portaria SEGES/MGI nº 3.506, de 8 de maio de 2025, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir:

PREÂMBULO

CONSIDERANDO que a extradição, mediante a entrega ao Brasil por Estado estrangeiro de pessoa sobre quem recaia condenação criminal definitiva ou para fins de instrução de processo penal, é medida fundamental para se garantir a efetividade da jurisdição criminal brasileira;

CONSIDERANDO que o Estado brasileiro atualmente é parte de mais de 30 (trinta) tratados bilaterais de extradição e de tratados multilaterais que preveem a extradição como modalidade de cooperação jurídica internacional;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 81, § 2º, da Lei nº 13.445, de 2017, e do art. 262, § 2º, do Decreto nº 9.199, de 2017, a extradição e a sua rotina de comunicação serão realizadas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública em coordenação com o Ministério das Relações Exteriores e com as autoridades judiciárias e policiais competentes;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 280 do Decreto nº 9.199, de 2017, compete ao Ministério da Justiça e Segurança Pública realizar o exame da presença dos pressupostos formais de admissibilidade dos pedidos de extradição ativos e, caso atendidos, providenciar o encaminhamento desses ao Estado requerido, por via diplomática ou por via de autoridades centrais;

CONSIDERANDO que Estados estrangeiros usualmente permitem, nos termos de seu direito interno, que Estados requerentes de extradição intervenham diretamente como parte processual em procedimentos de extradição perante órgãos judiciais e extrajudiciais;

CONSIDERANDO que a atuação do Estado requerente da extradição como parte processual, inclusive perante tribunais judiciais do Estado requerido, é medida complementar e por vezes essencial para o atendimento dos pedidos de extradição tramitados por via diplomática ou por meio de autoridades centrais;

CONSIDERANDO que, por força do art. 131 da Constituição Federal, compete à Advocacia-Geral da União a representação judicial e extrajudicial da União;

CONSIDERANDO que, conforme o art. 53, II, do Decreto 11.328, de 2023, compete à Procuradoria Nacional da União de Assuntos Internacionais – PNAI assistir judicialmente a União em demandas relacionadas a Direito Internacional e nas execuções de pedidos de cooperação jurídica internacional;

CONSIDERANDO, por outro lado, que a representação judicial e extrajudicial dos interesses da União em foro estrangeiro pressupõe a contratação de advogados que preencham os requisitos de capacidade postulatória para atuação nos tribunais e órgãos competentes;

CONSIDERANDO que, por meio do Decreto nº 7.598, de 2011, o Presidente da República delegou ao Advogado-Geral da União a competência para autorizar a contratação de advogados e especialistas visando à defesa judicial e extrajudicial de interesse da União no exterior;

CONSIDERANDO que os processos de autorização e contratação e de orientação jurídica de advogados e especialistas visando à defesa da República Federativa do Brasil em foro estrangeiro são atualmente regulados pela Portaria AGU nº 217, de 2015;

CONSIDERANDO, ademais, que, por força do art. 4º, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.897, de 1994, a contratação de advogados e especialistas visando à defesa judicial e extrajudicial de interesse da União no exterior pode ser efetivada à vista de notória capacidade técnica ou científica do profissional, mediante análise do *curriculum vitae* e desde que sua remuneração seja compatível com os valores do mercado em que os serviços devem ser prestados;

CONSIDERANDO também que, nos termos do art. 74, III, alínea “e”, da Lei nº 14.133, de 2021, é inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de contratação dos serviços de patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas com advogados de notória especialização; e

CONSIDERANDO a necessidade de coordenar a atuação conjunta das instituições para promover a extradição de pessoas sobre quem recaia condenação criminal definitiva ou para fins de instrução de processo penal em curso no Brasil;

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Acordo tem por objetivo a cooperação entre os órgãos partícipes para a atuação da República Federativa do Brasil perante órgãos judiciais e extrajudiciais estrangeiros em procedimentos relacionados a pedidos de extradição oriundos de autoridades brasileiras.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes buscarão seguir o plano de trabalho que, independentemente de transcrição, é parte integrante do presente Acordo de Cooperação Técnica, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES COMUNS

Constituem obrigações comuns de ambos os partícipes:

- a) elaborar o Plano de Trabalho relativo aos objetivos deste Acordo;
- b) executar as ações objeto deste Acordo, assim como monitorar os resultados;
- c) responsabilizar-se por quaisquer danos porventura causados, dolosa ou culposamente, por seus colaboradores, servidores ou prepostos, ao patrimônio do outro partícipe ou terceiros, quando da execução deste Acordo;
- d) analisar resultados parciais, reformulando metas quando necessário ao atingimento do resultado final;
- e) cumprir as atribuições próprias conforme definido no instrumento;
- f) realizar vistorias em conjunto, quando necessário;
- g) disponibilizar recursos humanos, tecnológicos e materiais para executar as ações, mediante custeio próprio;

- h) permitir o livre acesso a agentes da administração pública (controle interno e externo), a todos os documentos relacionados ao acordo, assim como aos elementos de sua execução, desde que não sejam documentos sigilosos;
- i) fornecer ao parceiro as informações necessárias e disponíveis para o cumprimento das obrigações acordadas;
- j) manter sigilo das informações sensíveis (conforme classificação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação - LAI) obtidas em razão da execução do acordo, somente divulgando-as se houver expressa autorização dos partícipes;
- k) Observar os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste acordo; e
- l) obedecer às restrições legais relativas à propriedade intelectual, se for o caso.

Subcláusula única. Os partícipes concordam em oferecer, em regime de colaboração mútua, todas as facilidades para a execução do presente instrumento, de modo a, no limite de suas possibilidades, não faltarem recursos humanos, materiais e instalações, conforme as exigências do Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUARTA – DA COORDENAÇÃO ENTRE OS ÓRGÃOS

Na execução dos projetos e ações decorrentes desta Acordo de Cooperação Técnica, os partícipes se comprometem a:

4.1. A PGU dará ciência à SENAJUS de intimações e solicitações oriundas de órgãos do Poder Judiciário ou do sistema de justiça para que a Advocacia-Geral da União promova a representação judicial ou extrajudicial da República Federativa do Brasil perante órgãos judiciais e extrajudiciais estrangeiros em procedimentos relacionados a pedidos de extradição oriundos de autoridades brasileiras.

4.2. Na hipótese da Cláusula 4.1, a pedido da PGU, SENAJUS fornecerá cópia do pedido de extradição e de informações e documentos que possam ser úteis à atuação processual da República Federativa do Brasil perante órgãos judiciais e extrajudiciais estrangeiros.

4.3. À vista de obstáculos procedimentais na cooperação prestada por via diplomática ou por meio de autoridades centrais, ou de outras situações que recomendem a intervenção processual da República Federativa do Brasil como parte em processos de extradição em curso no Estado requerido, a SENAJUS poderá solicitar à PGU que promova a representação judicial ou extrajudicial da República Federativa do Brasil perante órgãos judiciais e extrajudiciais estrangeiros.

4.4. Sempre que necessário, à luz do direito estrangeiro que regula a intervenção processual do Estado requerente em processos de extradição, a SENAJUS transmitirá procurações e outros documentos ao Estado requerido, por via diplomática ou por meio das autoridades centrais, com vistas à demonstração de sua autenticidade perante as autoridades administrativas ou judiciais competentes.

4.5. A PGU informará a SENAJUS sobre a prolação de decisões e outros atos processuais relevantes ocorridos no curso dos processos de extradição em que a República Federativa do Brasil intervenha como parte.

CLÁUSULA QUINTA – DAS VIAS DE COMUNICAÇÃO ENTRE OS ÓRGÃOS

5.1. As comunicações entre a SENAJUS e a PGU com vistas à execução do presente Acordo serão realizadas diretamente por meio:

5.1.1 da Coordenação-Geral de Extradição e Transferência de Pessoas Condenadas (CGETPC), pela SENAJUS;

5.1.2 do Núcleo de Controvérsias em Foro Estrangeiro, pela PGU.

5.2 A Diretoria do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), órgão da SENAJUS, e o Gabinete da Procuradoria Nacional da União de Assuntos Internacionais (PNAI), órgão da PGU, poderão apoiar as unidades referidas na Cláusula 5.1 com vistas à plena execução dos compromissos assumidos pelo presente Acordo.

5.3 As comunicações referidas nesta Cláusula observarão os níveis de sigilo profissional e de classificação da informação atribuídos pelo órgão remetente.

5.4. Sem prejuízo do disposto nesta Cláusula, a PNAI dará ciência à Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (CONJUR/MJSP) sobre as atividades realizadas nos termos deste Acordo por meio de relatórios semestrais.

CLÁUSULA SEXTA – DA CONTRATAÇÃO E ORIENTAÇÃO DE ADVOGADOS ESTRANGEIROS

6.1. A PGU adotará as providências necessárias para a contratação de advogados para a representação judicial e extrajudicial da República Federativa do Brasil em procedimentos de extradição perante órgãos judiciais e extrajudiciais estrangeiros.

6.2 A contratação a que se refere a Cláusula 6.1 poderá ser realizada por meio da contratação direta, à vista da notória especialização do profissional e desde que sua remuneração seja compatível com os valores do mercado em que os serviços

devem ser prestados, nos termos do art. 4º, §§1º e 2º, da Lei nº 8.897, de 1994, e do art. 74, III, e, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.3. A PGU poderá orientar a revisão de procedimentos internos de contratação para se atribuir maior eficiência da Advocacia-Geral da União com vistas à economia de escala, a economicidade da execução orçamentária e a segurança jurídica na condução dos interesses jurídicos da República Federativa do Brasil.

6.4 Em qualquer hipótese, a orientação jurídica dos advogados e especialistas contratados para os fins previsto neste Acordo será feita pela PGU.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO E VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente ACORDO é de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de sua assinatura, e a eficácia, a partir de sua publicação, observado o disposto no artigo 105, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021., podendo ser prorrogado, mediante a celebração de aditivo.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

O presente Acordo poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante termo aditivo, desde que mantido o seu objeto.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

9.1. A denúncia ou rescisão deste acordo poderá ocorrer a qualquer tempo, por iniciativa de qualquer um dos partícipes, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

9.1.1. A eventual rescisão deste instrumento não prejudicará a execução de atividades previamente acordadas entre as partes, já iniciadas, as quais manterão seu curso normal até sua conclusão.

9.1.2. Constituem motivo para rescisão de pleno direito o inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas, o descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente ou a superveniência de norma legal ou fato que torne material ou formalmente inexecutável.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA SOLUÇÃO DE DÚVIDAS, OMISSÕES E RESOLUÇÃO DAS CONTROVÉRSIAS

Eventuais dúvidas, omissões ou controvérsias decorrentes deste acordo serão dirimidas, de comum acordo, pelos partícipes ou por meio de consultas ou submetida a controvérsia à CCAF (Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal da AGU).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E PATRIMONIAIS

11.1. Não haverá transferência de recursos financeiros ou doação de bens entre os partícipes para a execução do presente Acordo de Cooperação Técnica. As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como: pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta das dotações específicas constantes nos orçamentos dos partícipes.

11.2. As ações que implicarem repasse de recursos serão viabilizadas por intermédio de instrumento específico.

11.3. Os serviços decorrentes do presente Acordo serão prestados em regime de cooperação mútua, não cabendo aos partícipes quaisquer remunerações.

11.4. Os recursos financeiros dispendidos com a execução de serviços previstos em contratos com advogados para a representação judicial e extrajudicial da República Federativa do Brasil em procedimentos de extradição perante órgãos judiciais e extrajudiciais estrangeiros serão custeados pela PGU, salvo entendimento diverso dos órgãos partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

Os partícipes deverão observar as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, “Lei Geral de Proteção de Dados”, quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhe forem confiados, em especial quanto à finalidade e boa-fé na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe o presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO

A publicidade decorrente dos atos, programas, obras, serviços e campanhas, procedentes deste Acordo de Cooperação Técnica deverá possuir caráter educativo, informativo, ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do art. 37, §1º, da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA AFERIÇÃO DE RESULTADOS

Os partícipes deverão aferir os benefícios e alcance do interesse público obtidos em decorrência do ajuste, mediante a elaboração de relatório conjunto de execução de atividades relativas à parceria, discriminando as ações empreendidas e os objetivos alcançados, no prazo de até 60 (sessenta) dias após o encerramento.

Subcláusula única. Os partícipes apresentarão relatórios parciais sobre a execução do Acordo a cada 6 (seis) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

O presente ACORDO será publicado pela AGU no Diário Oficial da União e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, devendo ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, em conformidade com o que estabelece o art. 94, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, assinam eletronicamente por meio de seus representantes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Brasília, na data da assinatura.

assinatura eletrônica
CLARICE COSTA CALIXTO
Procuradora-Geral da União

assinatura eletrônica
JEAN KEIJI UEMA
Secretário da Nacional de Justiça